

# **Justiça em Números 2016 (Ano Base 2015)**

---

**Estudo Técnico 02/2016**



**ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO**

**Junho de 2016**





**ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
SECRETARIA ESPECIAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO  
DEPARTAMENTO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS  
DIVISÃO DE ESTATÍSTICA**

Estudo Técnico nº 02/2016/SEPLAG

Assunto: Relatório Justiça em Números 2016 (Ano base 2015)

## **1. Introdução**

Anualmente o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) promove a publicação do Relatório Justiça em Números, o qual, a partir dos dados fornecidos pelos tribunais de todo o país, apresenta os principais indicadores do Judiciário Nacional relativos ao orçamento, aos recursos humanos, à litigiosidade, ao congestionamento processual e à produtividade de magistrados e servidores, fazendo, ainda, uma análise comparativa dos tribunais com base nos resultados obtidos em cada ano.

Em que pese a publicação do Relatório Justiça em Números referente ao exercício de 2015 pelo CNJ esteja prevista somente para o 2º semestre do corrente ano, a Secretaria Especial de Planejamento e Gestão, que é a unidade responsável pelo encaminhamento semestral ao CNJ das informações pertinentes ao Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, elaborou o presente Estudo Técnico como forma de antecipar o desempenho do TJCE que será objeto de publicação no Relatório Justiça em Números 2016 (Ano base: 2015).

Nesse sentido, o documento ora apresentado contém uma análise descritiva dos resultados obtidos pelo TJCE nos principais indicadores do Justiça em Números referentes ao exercício de 2015, trazendo, ainda, análises da evolução dos mesmos nos últimos anos.

Vale ressaltar que não foi possível a realização de diagnósticos comparativos com os demais tribunais, tendo em vista que os resultados destes somente estarão disponíveis a partir da publicação do relatório final por parte do CNJ.

## 2. Análise

### 2.1 Despesas

Em 2015 a despesa total do TJCE foi de R\$ 1.103.524.285,53, valor este que correspondeu a 0,91 % do PIB do Estado e representou um acréscimo de 3,77% em relação à despesa do Tribunal em 2014 (Tabela 1). Nos anos anteriores, as despesas registraram os seguintes percentuais de acréscimo: 13,97% em 2014, 9,61% em 2013 e 14,53% em 2012.



As despesas com informática, por sua vez, caíram 52,83% em relação a 2014, resultado este que interrompeu uma trajetória de crescimento que vinha sendo verificada desde 2009, em virtude da implantação do projeto de virtualização dos processos judiciais e administrativos.

A maior proporção dos recursos, por outro lado, foi destinada às despesas com recursos humanos, que representaram 98,04% da despesa total, acima da média nacional da Justiça Estadual registrada em 2014, que foi de 89%. Considerando-se apenas as despesas com pessoal e encargos, estas representaram 88,98% da despesa total do TJCE em 2015 e registraram um crescimento de 60,2% no quinquênio 2011-2015. Na Tabela 1 são detalhadas as despesas do TJCE desde 2011 e no gráfico subsequente é apresentada a evolução das mesmas no triênio 2013-2015, comparada com as médias da Justiça Estadual e dos tribunais de médio porte registradas até 2014:

**Tabela 1** – Evolução Anual das Despesas do TJCE

Ano	Despesa Total (R\$)	% da Despesa em relação ao PIB	Despesa com RH (R\$)	% da Despesa com RH em relação à Despesa Total	Despesa por habitante (R\$)	Despesa com Informática (R\$)
2011	743.313.198,96	0,91%	647.086.130,89	87,05%	87,14	14.835.255,36
2012	851.300.186,91	0,95%	770.595.855,75	90,52%	98,92	21.147.786,75
2013	933.076.154,70	0,88%	883.154.701,60	94,65%	106,29	41.397.153,09
2014	1.063.447.946,52	0,99%	1.006.148.173,00	94,61%	120,26	51.857.062,14
2015	1.103.524.285,53	0,91%	1.081.924.593,69	98,04%	123,93	24.460.096,23

Fonte: Divisão de Estatística/Seplag/TJCE

**Gráfico 1:** Despesa Total do TJCE em comparação com a Média– 2013-2015



Fonte: Divisão de Estatística/Seplag/TJCE

## 2.2 Recursos Humanos

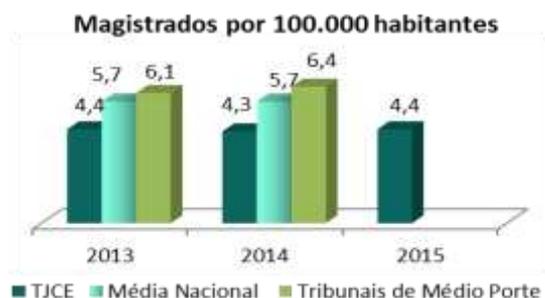
No que se refere ao quadro de pessoal, foram registrados aumentos nos quantitativos de servidores e de magistrados<sup>1</sup>, os quais passaram de 378 magistrados e 5.313 servidores em 2014 para 390 magistrados e 5.723 servidores em 2015, registrando, neste último ano, a proporção de 4,4 magistrados e 64,3 servidores para cada 100.000 habitantes do Estado do Ceará (Tabela 2). Vale ressaltar que referidas proporções se encontram em patamar bastante inferior à média dos tribunais de médio porte<sup>2</sup> registrada em 2014, que foi de 6,4 magistrados (Gráfico 2) e 154 servidores por 100.000 habitantes (Gráfico 3).

**Tabela 2 –** Quantidade de Magistrados e Força de Trabalho do TJCE – 2011-2015

Ano	Número de Magistrados <sup>1</sup>	Número de Servidores	Magistrados por 100.000 hab	Servidores por 100.000 hab
2011	488	5.211	5,7	61,1
2012	340	5.223	4,0	60,7
2013	387	5.462	4,4	62,2
2014	378	5.313	4,3	60,1
2015	390	5.723	4,4	64,3

Fonte: Divisão de Estatística/Seplag/TJCE

**Gráfico 2 –** Número de Juizes por 100.000 habitantes – 2013-2015



Fonte: Divisão de Estatística/Seplag/TJCE

**Gráfico 3 –** Número de Servidores por 100.000 habitantes – 2013-2015



Fonte: Divisão de Estatística/Seplag/TJCE

<sup>1</sup> Quantitativo de magistrados em efetivo exercício no 1º e 2º graus, obtido a partir do total de cargos de magistrados providos, deduzidos do número de magistrados afastados da jurisdição.

<sup>2</sup> O TJCE faz parte do grupo de tribunais de médio porte (10 tribunais)

A distribuição dos magistrados por segmento em 2015 é apresentada na Tabela 3, incluindo os quantitativos de juízes que atuam nas Turmas Recursais e acumularam função no 1º Grau ou nos Juizados Especiais.

**Tabela 3** – Número de cargos e magistrados em atuação – 2015

Segmento	Cargos Existentes	Cargos Providos
2º Grau	43	43
1º Grau	464	301
1º Grau e Turmas Recursais	-	4
Juizados Especiais	43	36
Juizados e Turmas Recursais	-	0

Fonte: Divisão de Estatística/Seplag/TJCE

### 2.3 Demanda, Produtividade e Carga de Trabalho

A tabela abaixo apresenta os principais números relacionados à demanda e à produtividade do TJCE em 2015, com os respectivos percentuais de aumento/redução com relação ao exercício anterior:

**Figura 1:** Movimentação Processual do TJCE em 2015

	 <b>Estoque</b>	 <b>Δ (+/-)</b>	 <b>Casos Novos</b>	 <b>Δ (+/-)</b>	 <b>Julgados</b>	 <b>Δ (+/-)</b>	 <b>Baixados</b>	 <b>Δ (+/-)</b>
2º Grau	68.969	↑ 22,9%	31.789	↑ 13,2%	60.093	↑ 133,3%	78.935	↑ 139,2%
1º Grau	1.011.992	↑ 6,8%	249.300	↑ 6,2%	230.841	↑ 30,6%	323.948	↓ -8,3%
Turmas Recursais	19.602	↑ 70,4%	7.678	↑ 66,7%	4.555	↓ -44,8%	10.466	↑ 87,2%
Juizados Especiais	60.376	↓ 57,3%	77.737	↑ 27,0%	75.002	↓ -25,7%	49.241	↓ -37,4%
<b>Total</b>	<b>1.160.939</b>	<b>↑ 0,4%</b>	<b>366.504</b>	<b>↑ 11,5%</b>	<b>370.491</b>	<b>↑ 18,9%</b>	<b>462.590</b>	<b>↓ -1,7%</b>

Fonte: Divisão de Estatística/Seplag/TJCE (adaptado de Relatório Justiça em Números – CNJ)

Em relação ao quantitativo de processos novos, o TJCE apresentou um aumento de 11,5% em relação a 2014, totalizando 366.504 processos ingressos em 2015. Esse crescimento se deu, em grande parte, pela consideração dos processos ingressos nos Juizados Especiais por meio do Processo de Justiça Eletrônico (PJE), os quais não haviam sido considerados em 2014 haja vista a inexistência de regras de extração de dados para o referido sistema.

Como se pode observar na Figura 1, ocorreu um crescimento na produtividade dos magistrados do 2º grau (133,3%) e do 1º grau (30,6%), resultado este que superou a queda de sentenças registrada nos juizados (-25,7%) e nas turmas recursais (-44,8%), proporcionando,

assim, uma elevação de 18,9% na produtividade do TJCE (número de processos julgados) em relação a 2014.

No que diz respeito às demais variáveis de movimentação processual, verifica-se que houve uma elevação do estoque de processos pendentes e uma redução das baixas processuais em relação a 2014, contudo, tais resultados não foram determinados por uma queda na produtividade e sim por uma correção das regras de extração dos respectivos dados nos sistemas processuais, realizadas no âmbito dos trabalhos disciplinados pela Portaria nº 306, de 13 de fevereiro de 2015, conforme se verifica da tabela abaixo:

**Tabela 04:** Comparativo entre extrações – regras antiga e nova (2014)

Segmento	Estoque		Baixados	
	Regra antiga	Regra nova	Regra antiga	Regra nova
2º Grau	56.117	113.561	33.005	31.836
1º Grau	947.277	1.033.497	353.252	259.738
Turmas Recursais	11.501	22.412	5.592	4.568
Juizados Especiais	141.237	63.102	78.714	51.197
<b>Total</b>	<b>1.156.132</b>	<b>1.232.572</b>	<b>470.563</b>	<b>347.339</b>

Fonte: Divisão de Estatística/Seplag/TJCE

Constata-se, portanto, que a correção das regras de extração importou para o ano de 2014 uma elevação dos pendentes e uma redução do quantitativo de processos baixados do 1º grau, do 2º grau e das turmas recursais. Nos juizados especiais, por outro lado, houve uma redução tanto dos pendentes quanto das baixas. No cômputo geral, a revisão dos parâmetros de extração ampliou o número de pendentes e reduziu o quantitativo de baixas de 2014.

Dessa forma, se tomarmos apenas os dados obtidos por meio das novas regras de extração, a comparação do desempenho de 2015 com o de 2014 (figura 2) evidencia que a produtividade do TJCE, na realidade, melhorou tanto em termos de baixas processuais (crescimento de 33,2%) quanto de redução do acervo (-5,8%). Tal desempenho pode ser atribuído aos trabalhos empreendidos no âmbito do Programa de Monitoramento da Taxa de Congestionamento, disciplinado por meio da Portaria nº 2.340, de 07 de outubro de 2015.

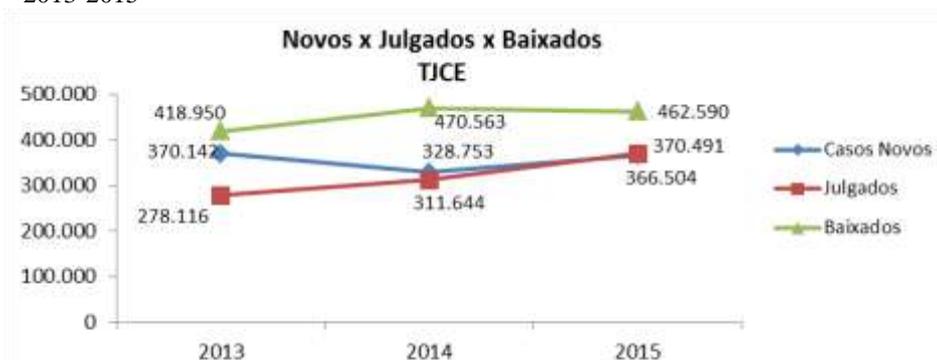
**Figura 2:** Comparativo da Movimentação Processual do TJCE: 2015 x 2014 (regras novas)

	Estoque (2015)	Estoque (2014) Regras Novas	Δ (+/-)	Baixados (2015)	Baixados (2014) Regras Novas	Δ (+/-)
2º Grau	68.969	113.561	↓ -39,3%	78.935	31.836	↑ 151,5%
1º Grau	1.011.992	1.033.497	↓ -2,1%	323.948	259.738	↑ 24,7%
Turmas Recursais	19.602	22.412	↓ -12,5%	10.466	4.568	↑ 129,1%
Juizados Especiais	60.376	63.102	↓ -4,3%	49.241	51.197	↓ -3,8%
<b>Total</b>	<b>1.160.939</b>	<b>1.232.572</b>	<b>↓ -5,8%</b>	<b>462.590</b>	<b>347.339</b>	<b>↑ 33,2%</b>

Fonte: Divisão de Estatística/Seplag/TJCE (adaptado de Relatório Justiça em Números – CNJ)

Seguem gráficos e tabela detalhando a evolução dos casos novos, julgados e baixados por segmento e por fase de ação (conhecimento e execução) nos últimos 03 anos, considerando, para o ano de 2014, os dados informados ao CNJ em 2015 (regras antigas):

**Gráfico 4** – Evolução do número de processos novos, julgados e baixados - TJCE – 2013-2015



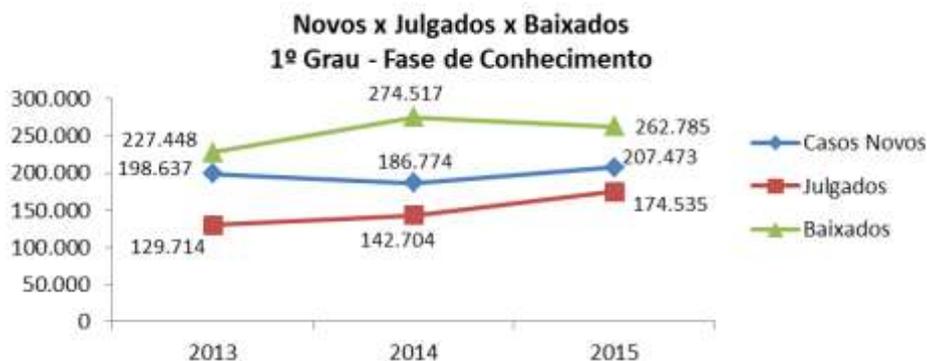
Fonte: Divisão de Estatística/Seplag/TJCE

**Gráfico 5** – Evolução do número de processos novos, julgados e baixados - 2º Grau - 2013-2015



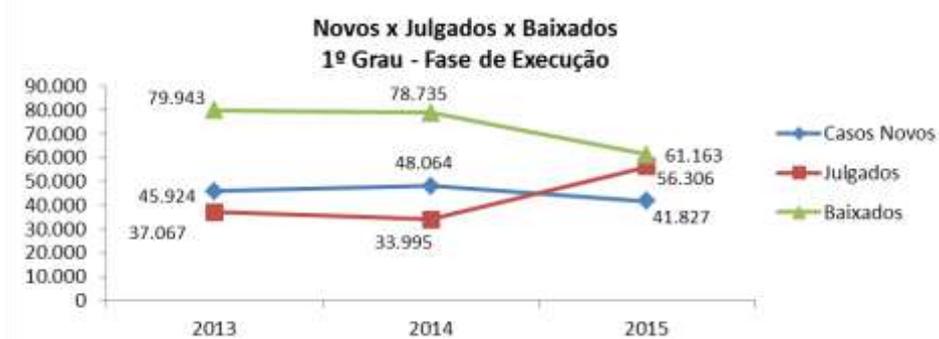
Fonte: Divisão de Estatística/Seplag/TJCE

**Gráfico 6** – Evolução do número de processos novos, julgados e baixados – 1º Grau Conhecimento – 2013-2015



Fonte: Divisão de Estatística/Seplag/TJCE

**Gráfico 7** – Evolução do número de processos novos, julgados e baixados – 1º Grau Execução – 2013-2015



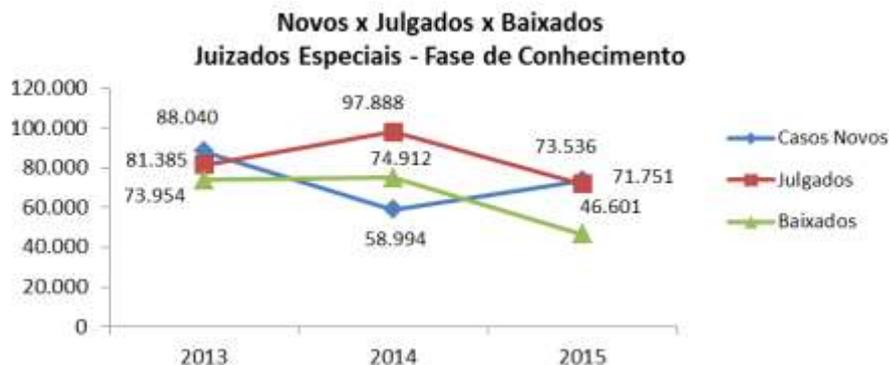
Fonte: Divisão de Estatística/Seplag/TJCE

**Gráfico 8** – Evolução do número de processos novos, julgados e baixados – Turmas Recursais – 2013-2015



Fonte: Divisão de Estatística/Seplag/TJCE

**Gráfico 9** – Evolução do número de processos novos, julgados e baixados – Juizados Especiais Conhecimento – 2013-2015



Fonte: Divisão de Estatística/Seplag/TJCE

**Gráfico 10** – Evolução do número de processos novos, julgados e baixados – Juizados Especiais Execução – 2013-2015



Fonte: Divisão de Estatística/Seplag/TJCE

**Tabela 5:** Evolução do estoque, casos novos, julgados e baixados 2013-2015

Tribunal de Justiça	Estoque			Casos Novos			Julgados			Baixados		
	2013	2014	2015	2013	2014	2015	2013	2014	2015	2013	2014	2015
2º Grau	40.297	56.117	68.969	29.091	28.083	31.789	21.781	25.761	60.093	28.416	33.005	78.935
1º Grau	846.627	947.277	1.011.992	244.561	234.838	249.300	166.781	176.699	230.841	307.391	353.252	323.948
Turmas Recursais	10.334	11.501	19.602	5.587	4.605	7.678	7.071	8.253	4.555	6.203	5.592	10.466
Juizados Especiais	134.928	141.237	60.376	90.903	61.227	77.737	82.483	100.931	75.002	76.940	78.714	49.241

Fonte: Divisão de Estatística/Seplag/TJCE

Quanto aos indicadores por magistrado (Tabela 6), verificam-se aumentos na carga de trabalho dos magistrados do 2º grau (32,3%), do 1º grau (5,3%) e das turmas recursais (285,4%), contudo, tais aumentos podem ser atribuídos, principalmente, à comparação com o estoque subdimensionado de 2014, obtidos pelas regras de extração ainda não retificadas.

As médias de sentenças e decisões terminativas por magistrado, por sua vez, registraram crescimentos no 1º grau (28%), no 2º grau (133%) e nas turmas recursais (28%), conforme se verifica na Tabela 6, o que levou a uma ampliação de 16,4% no indicador “sentenças/decisões por magistrado” do TJCE. A maior carga de trabalho foi registrada nas turmas recursais (4.632 processos), enquanto a maior média de sentenças por magistrados foi verificada nos juizados especiais (2.083 decisões por magistrado).

**Tabela 6** – Carga de Trabalho dos Magistrados e Número de Decisões por Magistrado do TJCE – 2013-2015

Segmento	Carga de Trabalho por Magistrado			Sentenças/Decisões por Magistrado		
	2013	2014	2015	2013	2014	2015
2º Grau	2.217	2.736	3.619	507	599	1.398
1º Grau	3.619	4.027	4.242	543	591	757
Turmas Recursais	974	1.202	4.632	416	590	759
Juizados Especiais	6.156	5.725	3.867	2.229	2.804	2.083
<b>Média Geral</b>	<b>3.748</b>	<b>4.086</b>	<b>4.144</b>	<b>719</b>	<b>825</b>	<b>960</b>

Fonte: Divisão de Estatística/Seplag/TJCE

No que diz respeito aos indicadores por servidor (Tabela 7), houve, em 2015, um aumento da carga de trabalho dos servidores do 2º grau (0,6%) e das turmas recursais (27,1%), com destaque para as turmas recursais, que apresentaram, ainda, a maior média de processos por servidor da área judiciária (1.069). O 1º grau e os juizados especiais, por sua vez, apresentaram decréscimo da carga de trabalho por servidor nos percentuais de -9,2% e -41,5%, respectivamente, em decorrência da entrada de novos servidores e da redução do estoque processual dos juizados. Como resultado, a média geral do TJCE em 2015 foi de 495 processos por servidor da área judiciária do TJCE, representando uma queda de 12,5% em relação a 2014.

A produtividade por servidor, por outro lado, apresentou ampliação significativa no 2º grau e nas turmas recursais (82,3% e 43,9%, respectivamente), contudo, em decorrência da já citada revisão das regras de extração, que ocasionaram redução das baixas processuais, houve um decréscimo de 16,9% na média geral de baixas por servidor da área judiciária em 2015 (Tabela 7).

**Tabela 7 – Carga de Trabalho e Produtividade por Servidor – 2013-2015**

Segmento	Carga de Trabalho por Servidor da Área Judiciária			Índice de Produtividade por Servidor da Área Judiciária		
	2013	2014	2015	2013	2014	2015
2º Grau	322	343	345	96	96	175
1º Grau	473	581	528	131	170	134
Turmas Recursais	753	841	1.069	282	280	403
Juizados Especiais	624	706	413	211	270	146
<b>Média Geral</b>	<b>482</b>	<b>566</b>	<b>495</b>	<b>139</b>	<b>172</b>	<b>143</b>

Fonte: Divisão de Estatística/Seplag/TJCE

## 2.4 Baixados por Casos Novos e Taxa de Congestionamento

A taxa de congestionamento (TC) mede a relação entre os processos judiciais pendentes no final do ano e o total de processos que tramitaram nesse ano (obtido pela soma dos que foram baixados e os que restaram pendentes no final do exercício), ou seja, mostra o percentual de processos que chegam ao final do ano sem resolução. Já a taxa de baixados por caso novo (Tb/Cn) é medida pela relação entre o total de processos judiciais baixados e o total de processos novos, isto é, representa o percentual de saída dos processos em relação aos que entram.

O desempenho do TJCE nestes indicadores pode ser observado na Figura 3:

**Figura 3 – Indicadores de Produtividade no TJCE – 2015**

Segmento	Baixados/CN	Δ (+/-)	Taxa Congest.	Δ (+/-)	Taxa de Congestionamento	
					Conhecimento	Execução
2º Grau	248,3%	↑ 111,3%	46,6%	↓ -23,4%	não se aplica	não se aplica
1º Grau	129,9%	↓ -13,6%	75,8%	↑ 8,1%	73,3%	82,6%
Turmas Recursais	136,3%	↑ 12,3%	65,2%	↓ -0,2%	não se aplica	não se aplica
Juizados Especiais	63,3%	↓ -50,8%	55,1%	↓ -9,8%	54,3%	65,7%
<b>TJCE</b>	<b>126,2%</b>	<b>↓ -11,8%</b>	<b>71,5%</b>	<b>↑ 4,7%</b>	<b>71,5%</b>	<b>82,2%</b>

Fonte: Divisão de Estatística/Seplag/TJCE (adaptado de Relatório Justiça em Números 2015 (Ano base 2014) – CNJ)

Verifica-se, a partir dos dados contidos na Figura 2, que, com exceção dos juizados especiais, os segmentos do Tribunal conseguiram baixar mais processos do que a quantidade de distribuídos em 2015, fazendo com que o TJCE atingisse um percentual de baixados por caso novo de 126,2%, resultado este 16,9 pontos percentuais abaixo do

registrado em 2014 (143,1%). Referida contração do indicador entre os dois anos foi ocasionada tanto pela elevação dos casos novos (11,5%) em 2015, quanto pela comparação com o quantitativo superdimensionado de baixas processuais de 2014, obtidos pelas regras de extração ainda não retificadas.

No que diz respeito à taxa de congestionamento, quando comparamos o desempenho de 2015 com os dados de 2014 que haviam sido informados ao CNJ em 2015 (regras de extração antigas), verificamos que, apesar de ter havido uma redução no congestionamento do 2º grau, turmas recursais e juizados especiais, houve um aumento de 3,2 pontos percentuais na taxa de congestionamento geral do TJCE, a qual passou de 68,3% (2014) para 71,5% (2015), resultado este alavancado pela expansão do congestionamento no 1º grau (8,1%).

Destaca-se, por outro lado, que se tomarmos apenas os dados obtidos por meio das novas regras de extração, a comparação do desempenho de 2015 com o de 2014 (tabela 8) evidencia que houve, na realidade, um descongestionamento em todos os segmentos do Tribunal, gerando uma contração de 9,14% na taxa de congestionamento geral do TJCE. Tal desempenho pode ser atribuído aos trabalhos empreendidos no âmbito do Programa de Monitoramento da Taxa de Congestionamento, disciplinado por meio da Portaria nº 2.340, de 07 de outubro de 2015.

**Tabela 08:** Comparativo entre extrações – regras antiga e nova (2014 e 2015)

Segmento	Taxa de Congestionamento			
	2014 Regra antiga	2014 Regra nova	2015	Varição (%) 2014 (regras novas) - 2015
2º Grau	60,8%	78,1%	46,6%	-40,33%
1º Grau	70,1%	79,9%	75,8%	-5,13%
Turmas Recursais	65,3%	83,1%	65,2%	-21,54%
Juizados Especiais	61,1%	55,2%	55,1%	-0,18%
<b>Geral</b>	<b>68,3%</b>	<b>78,7%</b>	<b>71,3%</b>	<b>-9,40%</b>

Fonte: Divisão de Estatística/Seplag/TJCE

A partir do detalhamento contido na Tabela 8, pode-se inferir, ainda, que o 1º grau continua registrando a maior taxa de congestionamento dentre os segmentos do TJCE, com 75,8%. O segmento do 2º Grau, por sua vez, foi o que apresentou o maior descongestionamento, na ordem de 40,3% pontos percentuais em relação a 2014 (regras novas), resultado este decorrente do trabalho de saneamento dos dados contidos nos sistemas processuais realizado pela Secretaria Judiciária ao longo de 2015.

Nos gráficos 11 e 12 são apresentadas as evoluções da taxa de congestionamento e dos baixados por casos novos nos últimos 03 anos (para o ano de 2014 são considerados os dados informados ao CNJ em 2015 – regras antigas), comparadas com as médias nacionais da Justiça Estadual e dos tribunais de médio porte registradas até 2014. A última classificação do TJCE dentre os tribunais de médio porte e na justiça estadual, no que diz respeito ao congestionamento, é mostrada na figura 4 (classificação em ordem decrescente).

**Gráfico 11:** Taxa de Congestionamento – 2013-2015



Fonte: Divisão de Estatística/Seplag/TJ

**Gráfico 12:** Baixados/Casos Novos – 2013-2015



Fonte: Divisão de Estatística/Seplag/TJCE

**Figura 4 –** Classificação do TJCE em relação à taxa de congestionamento (ordem decrescente) – 2014

	Ranking de Congestionamento	
	Geral	Porte
1ª Instância	19º	7º
2º Grau	6º	3º
<b> Geral</b>	<b> 13º</b>	<b> 6º</b>

Fonte: CNJ, 2015

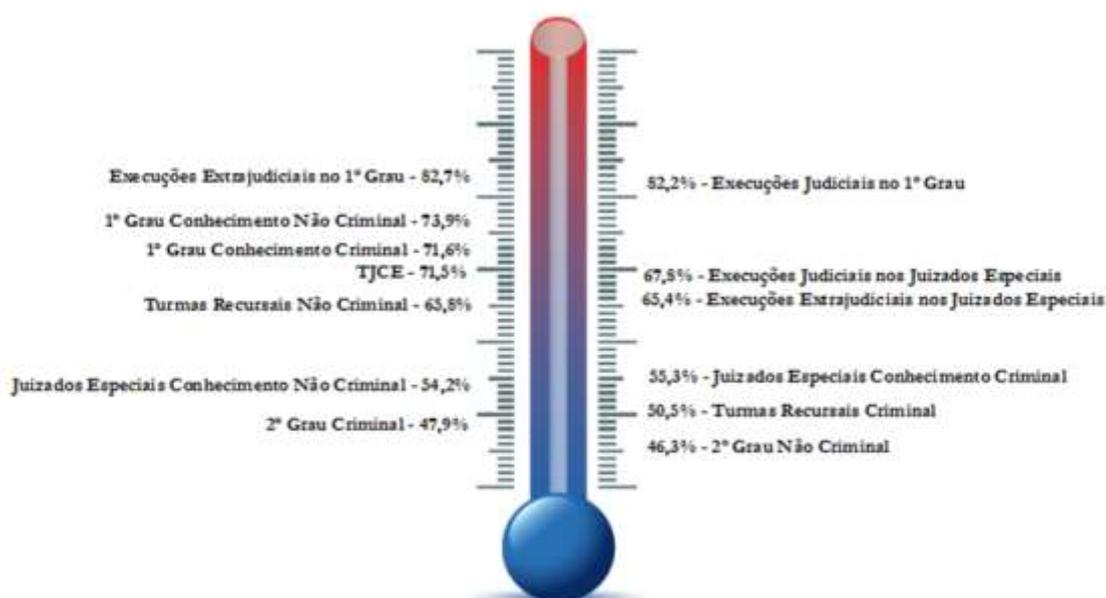
Vale registrar, por último, o impacto dos processos em fase de execução e de conhecimento na taxa de congestionamento, os quais representaram, respectivamente, 22,1% e 77,9% dos processos que tramitaram em 2015 no TJCE. A Tabela 9 traz os quantitativos de processos que tramitaram no referido ano, por fase, e a Figura 4 suas respectivas taxas de congestionamento.

**Tabela 9** – Processos que tramitaram em 2015

Instâncias	Conhecimento		Execução	
	Criminal	Não Criminal	Criminal	Não Criminal
2º Grau	32.831	115.073	na	na
1º Grau	257.762	727.166	30.931	320.081
Turmas Recursais	1.166	28.902	na	na
Juizados Especiais	5.223	96.692	1	7.701
<b>Total</b>	<b>296.982</b>	<b>967.833</b>	<b>30.932</b>	<b>327.782</b>
<b>%</b>	<b>18,30%</b>	<b>59,60%</b>	<b>1,91%</b>	<b>20,19%</b>
<b>Taxa de Congestionamento</b>	<b>71,5%</b>		<b>82,2</b>	

Fonte: Divisão de Estatística/Seplag/TJCE

**Figura 5** – Termômetro da taxa de congestionamento no TJCE – 2015



Fonte: Adaptado de Relatório Justiça em Números 2014 (Ano base 2013) – CNJ

Nota-se, a partir da Figura 5, que, dentre os processos em fase de execução, as maiores taxas de congestionamento referem-se aos processos de execução extrajudiciais do 1º grau (82,7%), seguidas das execuções judiciais do mesmo segmento (82,2%). Já dentre os processos de conhecimento, as maiores taxas são verificadas nos processos não criminais do

1º Grau (73,9%), seguidos dos criminais (71,6%). Infere-se, demais disso, que no 1º grau e nos Juizados Especiais o congestionamento foi maior nos processos em fase de execução.

### **3. Ações Empreendidas**

O presente estudo buscou antecipar e analisar os resultados do TJCE nos principais indicadores do Relatório Justiça em Números, referentes ao exercício de 2015, os quais serão objeto de publicação e divulgação nacional no 2º semestre de 2016.

Desde o ano de 2015, foram e estão sendo empreendidas, no âmbito do Projeto estratégico “Melhoria das Estatísticas Processuais”, sob gerência da Secretaria de Planejamento e Gestão, ações objetivando o aumento da produtividade de servidores e magistrados, bem como o aperfeiçoamento das estatísticas judiciais do TJCE, de forma a refletirem com maior fidedignidade a realidade do Poder Judiciário alencarino, dentre as quais se destacam:

- i. Disponibilização de relatórios automatizados às unidades judiciárias de 1º e de 2º grau contendo suas listagens de processos enquadrados nas metas 1, 2, 4 e 6 de 2016 do Conselho Nacional de Justiça, bem assim as relações de processos julgados até 31/12/2015 e que não registram movimentação de baixa (Índice de Descongestionamento), todos identificados mediante extração direta no banco de dados dos sistemas processuais SAJ, SPROC e PROJUDI;
- ii. Publicação da Portaria nº 306, de 13 de fevereiro de 2015, que determinou a realização dos estudos e levantamentos necessários objetivando a elaboração, a revisão e a validação dos parâmetros de extração de dados relacionados às estatísticas do relatório “Justiça em Números” e das Metas Nacionais, ambas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), da publicação “Justiça Aberta” da Corregedoria Nacional da Justiça, bem como às estatísticas forenses da Corregedoria Geral de Justiça.

Os trabalhos, que estão sendo coordenados pela Secretaria de Planejamento e Gestão, além de possibilitar a extração de dados mais fidedignos relacionados aos indicadores do TJCE constantes do Justiça em Números, viabilizará a extração automatizada, via sistemas processuais, das estatísticas forenses encaminhadas pelas unidades judiciárias ao Conselho Nacional de Justiça e à Corregedoria Geral de Justiça, como forma de otimizar o acompanhamento

- das produtividades por parte dos magistrados e reduzir as rotinas manuais de coleta e envio de dados pelas Secretarias de Vara;
- iii. Implantação, por meio da Portaria nº 2.340, de 07 de outubro de 2015, do Programa de Monitoramento da Taxa de Congestionamento por unidade, compreendendo as seguintes atividades:
- extração dos dados referentes aos processos pendentes e baixados nos sistemas processuais (SProc, Pje, Projudi, SAJSG e SAJPG) e disponibilização periódica e automatizada de relatório analítico da taxa de congestionamento para cada unidade do Poder Judiciário do Estado do Ceará;
  - padronização e manualização dos procedimentos de baixas processuais;
  - capacitação de diretores de secretaria e servidores em:
    - a) indicadores do CNJ: Parâmetros e Monitoramento;
    - b) atualização dos Sistemas Processuais com base nas Tabelas Processuais Unificadas do CNJ;
    - c) procedimentos padronizados de baixas processuais;
  - realização anual de estudo técnico, contendo diagnóstico e análise comparativa da taxa de congestionamento e da produtividade das unidades judiciárias;
  - atuação dos Grupos de Descongestionamento da Comarca de Fortaleza e das comarcas do interior do Estado, em julgamento e baixa processual nas unidades com índices de congestionamento mais críticos;
  - certificação anual das unidades pelo descongestionamento e pelo cumprimento das metas nacionais.
- iv. Estabelecimento, por meio da Portaria nº 163, de 15 de fevereiro de 2016, da meta anual de redução da taxa de congestionamento referente ao exercício de 2016, para fins da certificação prevista na Portaria nº 2.340, de 07 de outubro de 2015. Foi fixada em 15% a meta anual de redução na taxa de congestionamento por unidade, a ser calculada sobre o percentual apresentado pela secretaria de vara, juizado ou turma recursal em dezembro de 2015;
- v. Implantação e automatização de relatórios às unidades contendo as informações referentes ao Módulo de Produtividade Mensal dos juízes e serventias judiciárias, instituído pela Corregedoria Nacional de Justiça por meio do Provimento nº 49/2016 e disciplinada no TJCE pela Portaria nº 268,

de 22 de fevereiro de 2016. As informações são identificadas mediante extração direta no banco de dados dos sistemas processuais SAJ, SPROC e PROJUDI e disponibilizadas mensalmente às unidades e magistrados, de forma automatizada, para fins de acompanhamento e gestão de produtividade.

Fortaleza, 30 de junho de 2016.

**Alan Pereira de Vasconcelos**  
Diretor da Divisão de Estatísticas, em  
exercício

**Sérgio Mendes de Oliveira Filho**  
Diretor do Depto. de Informações  
Gerenciais

De acordo:

**José Joaquim Neto Cisne**  
Secretário de Planejamento e Gestão